

PATRIMONIALIZAÇÃO DO SAVEIRO SOMBRA DA LUA: NOVAS REFLEXÕES SOBRE LIMITAÇÕES NA SALVAGUARDA DE BENS CULTURAIS

Antônio Marcos de Oliveira Passos

Assim como a navegação, a jardinagem e a poesia, o direito e a etnografia também são artesanatos locais: funcionam à luz do saber local (Geertz, 2012, p. 169).

PRIMEIRAS INTENÇÕES

Este capítulo elabora premissas sobre a patrimonialização a partir da dissertação *Bordejos, tensão e resistência: a patrimonialização do saveiro Sombra da Lua*, que realizei entre 2012 e 2014¹, no Programa de Pós-Graduação em

¹ A dissertação traz as sessões: o Processo Metodológico: os Percalços da Pesquisa; os Referenciais para o Embarque com quadros teórico-conceitual, Histórico-Jurídico-Patrimonial

Antropologia da Universidade Federal da Bahia. Com base no referencial teórico dos cientistas sociais Sahlins (2007), Wagner (2008), Appadurai (2008), Certeau (2012), Bourdieu (2001, 2011) e outros, compreende-se a multiplicidade da cultura material e imaterial em um país miscigenado. Com base na mencionada pesquisa, busca-se delinear as contribuições, conflitos e limites do ato de patrimonializar, o que envolve questões históricas com seus avanços, recuos e rupturas. Tal exercício traz críticas e entendimentos sobre os intensos processos de interesse presentes no patrimônio cultural.

A partir do entendimento das lógicas patrimonialistas do Estado brasileiro (Spooner, 2008), passa-se a enxergar problemáticas sobre a sociedade brasileira, que também, no ato de reconhecer o artefato ou uma manifestação cultural, desconecta esses bens culturais da vida social, ou seja, das pessoas e dos seus grupos sociais em conexão com suas sociedades e territórios. A partir desse fato, o autor chama atenção sobre as sociedades complexas ocidentais:

A sociedade ocidental é o exemplo extremado de uma sociedade complexa, ímpar em sua categoria. Lidera a ocorrência da informação e imprime sua estampa cultural sobre tal corrida, de modo que, conforme aumenta o número de regiões do mundo capturadas na rede de informação da sociedade moderna, essas regiões vão se tornando seus apêndices culturais. A autenticidade seria determinada de um modo diferente em uma cultura diferente, mas pode-se esperar que se torne uma questão de peso desse tipo em qualquer situação humana que alcançar esse estágio de complexidade social (Spooner, 2008, p. 285).

Spooner (2008) reflete sobre as lógicas que nos envolvem nas quais há disputa de poder e *status* nas práticas que impulsionam, fragmentam e recompõem a malha social. Quem tem mais poder, pretende estabelecer, assim, certo isolamento do objeto ou patrimônio e seus agentes culturais, como se isso fosse concretamente possível.

e debate sobre autenticidade; os Saveiros e suas Imagens: Percepções Temporais; as relações entre os saveiros, a Baía de Todos-os-Santos e a Cidade do Salvador; Os Homens das Águas: Saveirista; O Saveiro Sombra da Lua: Tombamento e a Política do Patrimônio no Brasil entre o Estado Novo e o Brasil Contemporâneo; e o último – Bordejos Finais – com base nos dados e análises previamente apresentados.

Este capítulo será desenvolvido a partir das seguintes diretrizes:

- 1) A ideia de patrimônio cultural para o Brasil;
- 2) A lógica da patrimonialização;
- 3) O estudo de caso sobre o saveiro *Sombra da Lua*;
- 4) Considerações.

Com essa problematização, busca-se trazer para o debate as percepções sobre as estruturas institucionais patrimonialistas imersas (Passos, 2015), em alguns momentos, em processos que desconsideram os agentes culturais, seus elos com suas sociedades (geral e local) e seus territórios.

IDEIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL PARA O BRASIL

No Brasil, há uma trajetória de elaborações ininterruptas de apagamento e/ou inviabilização dos costumes, línguas, tradições, modos de viver, religiosidades e demais aspectos culturais dos povos originários, africanos e afro-brasileiros. A ideia de povo brasileiro esteve permeada pelo enaltecimento de diversas formas das populações europeias aqui convidadas para dotar a nação brasileira de *status* de civilizada por meio de uma limpeza étnica. Assim, a existência de outras populações e seus bens culturais, tanto materiais quanto imateriais, por muito tempo, representou um embaraço para as autoridades que, em sua maioria, eram descendentes de europeus e ignoravam ou mesmo não queriam enxergar a existência concreta das artes de fazer dessas populações.

No período colonial, essa racialização hierarquizou as populações amparada nos quatro séculos de escravatura, imprimindo um modelo de sociedade na qual possuir escravizados oferecia possibilidades sociais, econômicas e *status*. Após a República, os governos que a sucederam, sempre de homens brancos, estiveram atentos ao controle da mobilidade socioeconômica da massa de mestiços, os quais permaneceriam por décadas como exército de mão de obra barata e descartável, em contraste com os descendentes de europeus, que eram protegidos por políticas governamentais e a máquina institucional.

Moore (2011, p. 14) nos apresenta o quadro epistemológico no qual opera esse processo de hierarquização racial, a saber:

O racismo seria uma ordem sistêmica de grande profundidade histórica e de ampla cobertura geográfica, que se teria desenvolvido, fundamentalmente, com o objetivo de garantir a separação automática de um determinado segmento humano do usufruto de seus próprios recursos. Em sua gênese, apresenta-se como uma forma de consciência grupal historicamente constituída, da qual proviriam depois construções ideológicas baseadas no ‘fenótipo/raça’. Sua função central, desde o início, seria regular os modos de acesso aos recursos da sociedade de forma racialmente seletiva, de acordo com o referido ‘fenótipo/raça’.

De acordo com Almeida (2018), a marca dessa racialização nos diz que os corpos negros e dos povos originários permaneceram descartáveis, sem valor no mercado de trabalho, intelectualmente limitados, movidos por paixões e brutalidade, ou seja, corpos abjetos, e, conseqüentemente, desposuídos de importância para existir:

No caso do Brasil, o racismo contou com a inestimada participação das faculdades de medicina, das escolas de direito e dos museus de história natural, como nos conta Schwarcz em seu livro *O espetáculo das raças*. Já no século XX, na esteira do Estado Novo, o discurso socioantropológico da democracia racial brasileira seria parte relevante desse quadro em que cultura e ciência fundem-se num sistema de ideias que fornece um sentido amplo para práticas racistas já presentes na vida cotidiana. No fim das contas, ao contrário do que se poderia pensar a educação pode aprofundar o racismo na sociedade (Almeida, 2018, p. 55).

Essas lastimáveis constatações permanecem no contexto social, arrastadas pelas instituições. Sodré aponta que, dentro da máquina do estado gerida por visões e modelos que fortalecem institucionalmente o racismo, o

[...] problema, é que o racismo não pode ser realmente compreendido como efeito de estrutura da sociedade desigual, mas como um macrofenômeno antropológico (na escala do que Marcel Mauss chamaria, *mutatis mutandis*,

de fato social total), cuja incidência humana se universalizou com a colonialidade (Sodré, 2023, p. 46).

A colonialidade, como prática de controle socioeconômico e político na sociedade brasileira, arrasta-se até os dias de hoje. Seus dogmas foram também suportes para a constituição das agendas de salvaguarda da memória nacional. A rigidez e imobilidade do pensamento do que é salvar guardar estabeleceu, desde a década de 1930, incisiva proposta de enaltecimento dos ícones e símbolos europeus nas terras brasileiras:

O racismo brasileiro hoje persiste no interior de um efeito permanente da antiga estrutura escravista: uma verdadeira forma social autonomizada como herança autoritária de práticas patrimonialistas das classes dirigentes, uma a mais no rol do clientelismo colonial e imperial, a que aderiu inercialmente a burguesia industrial nativa (Sodré, 2023, p. 56).

A partir de 1937, com a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a construção dos processos de salvaguarda claramente revela o que estamos aqui discutindo, pois, nos seus primeiros 30 anos de existência, a secretaria debruça-se na salvaguarda do patrimônio cultural de pedra e cal. As reflexões tanto de Almeida (2018) quanto de Sodré (2023) revelam a valorização de igrejas, palácios e construções militares que certificam a importância histórica, econômica e estratégica dos europeus com seus impérios portugueses, holandeses e ingleses. A interferência desses impérios, movidos pelo capital comercial e atentos à necessidade de gerar riquezas, estabelece complexo sistema econômico baseado em processos de escravidão de milhares de pessoas que são tornadas peças dessa engrenagem para geração de fortunas enviadas para Europa.

A política de pedra e cal revela preocupação de salvaguarda de uma história oficial e de um modelo de salvaguarda daqueles que dominaram com violência, de muitas formas. Esse projeto civilizacional eternizaria o dito bom gosto europeu e ditava as normas para civilizar as populações que deveriam aderir ou tê-las como premissas para viver. A negação e brutalização de outras existências serão a todo instante realizadas, aspectos que até o presente são verificados com a supervalorização da cor da pele, idiomas e demais aspectos europeus.

Nesse panorama, verifica-se que o estado brasileiro, por muitas décadas, nega a existência cultural, intelectual e concreta das populações não europeias, que ainda permaneceram alijadas das políticas de salvaguarda. Tal fato afeta drasticamente o comunicar dessas memórias e histórias às populações do presente. Dessa forma, a ideia de patrimônio cultural, por muito tempo, parece não conceber a inclusão da massa populacional que permanece enxotada das decisões sobre seus próprios fazeres culturais, que acontecem em suas aldeias, periferias, subúrbios, quilombos, assentamentos e outros locais de socialização e sociabilidades.

Essas espinhosas constatações nos levam a refletir sobre o Estado e suas instituições, muitas vezes empenhados em construir alegorias para dar resposta externa, quando exigidas por agências como Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), mas ainda desconectadas das populações impactadas pelo processo selvagem de escravização e posterior abandono social.

A LÓGICA DA PATRIMONIALIZAÇÃO

Nesse emaranhado de discordância, ainda acreditamos que a existência, há quase um século, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – tem importância para inaugurar os protocolos de salvaguarda dos bens culturais. O aperfeiçoamento dessa instituição, com o passar das décadas, tornou possível realizar certas reconstruções da história e memória nacional via os conselhos e comitês que revisam como realizar o reconhecimento das culturas dos diferentes grupos. Passos (2014, p. 37) enfatiza que:

No século XX, com a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em pleno Estado Novo, Rodrigo Melo Franco de Andrade assessorado pelo escritor Mário de Andrade, formula o Decreto-Lei no. 25 de 1937. Este decreto, a principal lei de proteção do patrimônio cultural no Brasil no século XX, estabelece como sendo Bens Culturais as igrejas, monumentos civis e militares.

Nesse processo, é importante compreender que essas escolhas estão sob disputas internas e externas sobre o que salvar, dentro da dinâmica da própria vida dessa instituição e de nossa sociedade. Grupos identitários e políticos disputam cada centímetro das decisões. E nessa guerra de força, muitas vezes, as populações saem em desvantagens. Nesse contexto, disputas internas também no Iphan criam, na década de 1970, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que Fonseca (2009, p. 148), servidora de carreira dessa autarquia, descreve com detalhes:

O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi idealizado em 1975 por Aloísio Magalhães, juntamente com o secretário Wladimir Murtinho e o Ministro Severo Gomes. Fonseca (2009) nos traz um importante registro sobre este órgão ao comentar: 'Para o CNRC, o objetivo era a busca de um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatíveis com os diferentes contextos culturais brasileiros. Essa visão, embora tivesse pontos em contato com as concepções então elaboradas pela UNESCO sobre desenvolvimento, entrava em confronto com a ideologia desenvolvimentista que predominava nos anos 70. Por esse motivo, a participação do CNRC nesses projetos exigia, devido a sua complexidade e seu impacto não só sobre as culturas, como também sobre as economias e as organizações sociais locais, um forte respaldo político, tanto por parte da direção do CNRC quanto externamente'.

O CNRC idealizado traz movimentações dentro da citada autarquia e da sociedade, pois estabelece importância às populações antes apagadas e invisibilizadas por políticas patrimonialistas voltadas à estética europeia.

A partir da década de 1980, outras agendas culturais têm destaques. As questões indígenas e afro-brasileiras são intensificadas por seus próprios coletivos. Há ações que ganham as ruas e a mídia, desencadeando processo ininterrupto de reações às violências e novas perspectivas étnicas na sociedade.

A lógica da patrimonialização alicerçada pela Resolução Iphan nº 1, de 3 de agosto de 2006, encontra, no Conselho do Patrimônio Cultural, as premissas da identidade, memória e importância junto aos diferentes grupos que formam essa sociedade. Nesse aspecto, o Iphan, por meio dos quatro livros de tombo, como mencionado, estabelece organização de

como escrever determinado bem. Silva (2012, p. 174) apresenta preocupações sobre o patrimônio no contexto social ao narrar:

É por meio do patrimônio que comunicamos ao mundo nossa identidade, nossa cultura, nossa memória, em que se consiste, se baseia e se orienta a nossa cultura, e a criação e reprodução dos nossos grupos sociais. Os bens culturais, representados pelos objetos e artefatos, são a materialização da nossa cultura. Os mesmos, no entanto, não podem ser coisificados a ponto de abandonarem o seu significado social. É como se os objetos possuíssem uma ‘alma’ que exteriorizassem traços culturais de uma determinada coletividade.

Entretanto, a partir de 2016, com o golpe político, há uma desarticulação das políticas públicas no Brasil voltadas às populações em vulnerabilidade. O governo da extrema-direita impõe desmonte sincronizado das leis e dos decretos que advogavam pelo respeito às diferenças, equidade, democracia, impactando igualmente as políticas de patrimônio cultural que também estarão em xeque.

Entre os anos 2019 e 2022, o Brasil mergulha em modelo de supremacia branca. O país isola-se do mundo, progressivamente são desencadeadas a negação da ciência, a ruptura das políticas de assistência, a subalternização do trabalhador, a perseguição religiosa e cultural, a imposição da fome, a devastação ambiental, o envenenamento dos alimentos e a consequente morte de mais de 700 mil pessoas pela covid-19.

Essas rupturas trágicas marcadas por longos sete anos, sendo quatro anos de um governo de extrema direita tenebroso, leva-nos a tentar compreender que essas violências de tantas ordens aos grupos populacionais existiram desde sempre, mas que permaneciam escamoteadas pelas autoridades, que não queriam resolver os problemas sociais com diálogo, mas, sim, colocá-los sob o tapete da história nacional. De fato, tais práticas foram estrategicamente colocadas a serviço de determinados grupos políticos e religiosos para potencializar a violência até então reprimida.

Entender os sete anos supracitados merece toda nossa atenção, sendo um exercício sobre o qual muitos pesquisadores das diversas áreas se

debruçarão nos próximos anos. Trata-se de enxergar o ápice da supremacia ariana, seu modelo de branquitude, a agenda empresarial, o desmonte por completo dos resquícios que ainda existiam do estado de bem-estar e, no caso em tela, das lógicas da salvaguarda realizadas por meio da patrimonialização. Entretanto, as ações do Estado não devem se limitar a registros dos bens culturais materiais e imateriais, pois, por detrás das práticas culturais realizadas, há pessoas de carne e osso que, além de socializar o sucesso de cada performance, precisam beber, comer, trocar opiniões, dormir e continuar trabalhando para dar vida ao seu fazer cultural imbricado com seu território e suas particulares formas de existência.

A PATRIMONIALIZAÇÃO DO SAVEIRO SOMBRA DA LUA

No período colonial português no Brasil, a partir do século XVI, os saveiros de vela de içar passam a ter extrema importância estratégica, seja nos aspectos bélico, econômico ou social. Smarcevski esclarece a origem portuguesa dessa embarcação vital para o estabelecimento da colonização e seus ciclos econômicos:

Saveleiro significa também o barqueiro; por transformação, a cadeia de sucessão fonética: saveleiro, salaveiro, savaleiro, saaveiro, e saveiro... barco estreito e comprido, empregado na travessia de grandes rios e de pesca à linha; embarcação de forte construção, que se emprega na carga e descarga de gêneros; barco pequeno, habitualmente de fundo chato, o mesmo que alvarenga; barco de um ou dois mastros utilizados na pesca e no transporte de mercadorias (Smarcevski, 2001, p. 14-15).

Figura 1 – Saveiro à espera dos produtos



Fonte: produzida pelo autor.

As teias que envolvem esse objeto entrecruzam o crescimento e fortalecimento do capital comercial, que tem nos pactos entre impérios e burguesias em ascensão as possibilidades de acordos políticos e comerciais para extração de matéria prima, defesa de territórios, introdução da cana-de-açúcar e demais necessidades estruturais para dominação e escravidão dos povos originários e povos africanos e suas particulares expertises.

Como mencionado, a introdução e adaptação dos saveiros, especialmente na Baía de Todos-os-Santos (BTS) (Mattoso, 1978) e rios do Recôncavo Baiano, estão atreladas à necessidade de escoamento da produção dos

engenhos de açúcar, que necessitava de meios para transporte desse produto ao porto de Salvador e posterior embarque para os mercados europeus via porto de Lisboa.

Figura 2 – Saveiros e as festas da BTS



Fonte: produzida pelo autor.

A baía de Todos os Santos é um mar interno para saveiros e canoeiros, canoas e tábuas, jangadas e balcões de todo tipo que raramente se aventuram a passar da perigosa barra que os separa do oceano sem limites...Pescadores ou transportadores de bens, conhecem as inúmeras riquezas de sua terra e sabem das traições de suas águas, de seus céus.

Vivem do ritmo próprio dessas terras internas das quais conhecem a imensidão e as necessidades. São irmãos do roceiro que planta mandioca de seu sustento, ou o açúcar, o tabaco, o café e o algodão de seus fretes. Bahia e seu Recôncavo, de águas e terras molhadas por nevoeiros marinhos, são a boca atlântica de terras imensas que por ela respiram (Mattoso, 1978, p. 61).

Werneck Sodré (1956) chama atenção para os acordos políticos entre a burguesia local, o atravessador holandês e a burguesia portuguesa, os quais, por conta própria, realizavam a tarefa de investir nessa colônia. O autor aponta que, no século XVI, já existiam 120 engenhos registrados no Brasil, com força de mão de obra dos povos originários e, posteriormente, africana.

Para esse escoamento de produção, os saveiros de vela de içar adaptados para entrar e sair dos rios da região do recôncavo e navegar pelo mar da BTS, eram construídos em carpintarias em diversas partes dessa região, com estrutura de velas de 30 metros de altura para melhor captação dos ventos, com comprimento de 8 a 20 metros e grande capacidade de tonelagem em produtos.

Na BTS, Cascudo (1964) informa que haveria milhares de exemplares de diversificados tamanhos realizavam o trabalho pesado de transportar diferentes gêneros alimentícios, pessoas, documentos e informações. Igualmente, participam até o presente do calendário de festas católicas, como Senhor dos Navegantes, Senhor do Bonfim, Senhor dos Passos, e outras manifestações culturais, como Festa de Iemanjá.

Na sua notícia de 1587 Gabriel Soares de Souza fala em mil e quatrocentas embarcações que reuniram ‘tôdas as vezes que cumprir ao serviço de Sua Majestade’ e adianta: ‘E são tantas as embarcações na Bahia, porque se servem tôdas as fazendas por mar: não há pessoa que não tenha seu barco, ou canoa pelo menos, e não há engenho que não tenha de quatro embarcações para cima; e ainda com eles não são bem servidos’ (Cascudo, 1964, p. 71).

Figura 3 – Saveiristas realizando reparo de embarcação



Fonte: produzida pelo autor.

A presença histórica e socioeconômica dessa embarcação por dezenas de vezes chamou a atenção de escritores, pintores, cinegrafistas, músicos, poetas, pesquisadores nacionais e estrangeiros, pois diversos meios consideraram esse veículo náutico de extrema importância, seja por sua beleza estética, aspectos históricos, e valor socioeconômico para consolidação dessas terras.

No ano de 2010, pela articulação da Associação Viva Saveiro composta por empresários da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, após a compra e restauração do saveiro de vela de içar *Sombra da Lua*, essa associação consegue, junto ao governo federal, a possibilidade de patrimonializar esse objeto como referencial para os demais 19 saveiros ainda existentes na BTS.

É nessa ocasião que surge a oportunidade de se realizar o estudo já mencionado, realizado no período de 2012 a 2014, com objetivo de compreender o processo acionado pela citada associação e os benefícios e

limites dessa patrimonialização. Para tanto, era preciso discutir “autenticidade”, “excepcionalidade” e “valor”.

Nesse processo, verifica-se que a Associação Viva Saveiro estabelece resultados no que tange a salvaguarda estrutural do saveiro *Sombra da Lua* e de outros exemplares dessa tipologia de embarcação. Isso contribui para fortalecer certo tipo de turismo que busca enaltecer elementos estruturais e estéticos da embarcação, a história econômica da região e do Brasil, e demais aspectos ligados à monumentalidade desses veículos náuticos.

No curso da pesquisa, com a utilização da observação participante junto à comunidade de saveirista do distrito de Coqueiros, cidade de Maragogipe, verifica-se que os mestres saveiristas estabelecem ruptura com a associação em virtude de não serem chamados a participar da escolha do objeto a ser patrimonializado, sabendo do ato apenas pela mídia, o que provocou reações dentro dessa comunidade. Os discursos internos ainda efervescentes naquele período direcionam esses mestres a criar sua própria associação de Saveiros de Vela de Içar da Bahia, fato narrado por um dos líderes saveiristas de Coqueiros, a saber: “*Soubemos pela televisão que o Sombra da Lua foi escolhido, ninguém veio aqui perguntar nada a gente, ficamos assim, sem saber o que fazer, não gostamos, não gostamos nada disso [...]*”.

Esses conflitos entre as duas associações são retratados na dissertação. Entretanto, a análise do documento da patrimonialização do saveiro *Sombra da Lua* não apresenta nenhuma evidência ou pesquisa comprobatória por parte da equipe do Iphan que, além disso, não realiza as devidas apurações sobre esse objeto que, de acordo com o documento, estava sendo salvaguardado pela sua raridade, idade e importância histórica.

A pesquisa de campo realizada para a dissertação junto à Capitania dos Portos da Cidade de Salvador revela a existência de sete saveiros denominados *Sombra da Lua*, com informações sobre locais de construção, carpinteiros responsáveis, datas de inscrição na capitania dos portos, nomes dos donos. Presumimos que a rapidez da agenda governamental não possibilitou à equipe do Iphan verificar esses dados, amparando-se apenas no documento apresentado pela Associação Viva Saveiro. Na dissertação de Passos (2014, p. 130), consta o seguinte texto que traz o Quadro 1 com duas principais embarcações, a saber:

[...] destacamos uma de propriedade de Júlio Cândido de Souza, construída na década de 40, em Coqueiros, distrito de Maragogipe, e a embarcação tombada outrora de propriedade do Mestre Bartolomeu Brito, registrada na Capitania dos Portos, em 1977, o que nos possibilita a construção de quadro comparativo entre os dois saveiros com o mesmo nome.

Quadro 1 – Comparação entre saveiros Sombra da Lua

Dados da Capitania dos Portos de Salvador	Saveiro Sombra da Lua	Saveiro Sombra da Lua
Número de Registro na Capitania dos Portos da Bahia	[...] 2004	200106-15800
Proprietário	Júlio Cândido de Souza	Bartolomeu Brito (1º dono) Associação Viva Saveiro (atual dono)
Mestres	Dudu e Santinho	Bartô e Jorge (vivos até 2014, ano da pesquisa)
Carpinteiro	Tércilio / Dadinho	José Simão
Local de construção	Coqueiros – Maragogipe – BA	Capanema – BA
Data de registro capitania dos portos da Bahia	Década de 1940	3 de abril de 1977
Data de fabricação	Década de 1940	Década de 1960 a 1970
Tipo de construção	Barco Torrado	Barco Selado
Carga	20 toneladas	14 a 15 toneladas
Comprimento	14 metros	12,5 metros

Fonte: Passos (2014, p. 130).

Compreendemos que a ação realizada pela citada associação tem relevante valor, pois colocou na agenda o debate sobre salvaguarda no contexto do Iphan, permitindo que a presença desse veículo náutico estabeleça, a partir de então, laços com as questões preservacionistas, aspectos que compreendemos ser de grande relevância.

Após esses dez anos do ato de salvaguarda da citada embarcação, debruçamo-nos sobre o panorama dos limites e desafios ainda não resolvidos. Primeiramente, destacamos que, em 2010, o Iphan enfrentava uma demanda de salvaguarda de diferentes veículos náuticos nos territórios brasileiros. Os artefatos dessa natureza foram coletivamente reconhecidos em uma única sessão, o que denota urgência para determinada agenda governamental naquele período.

Especificamente sobre o saveiro *Sombra da Lua*, as críticas dos mestres saveiristas parecem não ter conseguido canal para chegar ao Iphan da Bahia nem ao Iphan nacional. Isso poderia ter obrigado essa autarquia a rever o citado reconhecimento ou até reconhecer a partir dos interesses dos citados mestres, outro exemplar mais representativo para a sua comunidade.

Figura 4 – Antigo Saveiro Rompe Nuvem



Fonte: produzida pelo autor.

Há ainda o fato desconcertante desse reconhecimento que desvincula esse objeto da vida social concreta, que apenas é possível via esforço diário

desses homens realizadores de uma atividade com importante expertise. Essa prática inclui o conhecimento da geografia marinha, dos ventos e seus horários, da condição dos saveiros para determinado trabalho, dos perigos e desgastes que a tripulação de três a cinco homens por embarcação passa durante horas e dias, e de outros aspectos que envolvem seus corpos em uma operação que hoje está em franco desaparecimento.

A isso somam-se ainda outras demandas com esses mestres imersos em dívidas bancárias junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e agiotas locais para possibilitar sobrevida aos seus saveiros com a compra dos tecidos para feitura das velas. No ano de 2013, confeccionar essas novas velas, que devem medir 30 metros de largura, custava 5 mil reais. Um dos mestres saveiristas do distrito de Coqueiros em Maragogipe narra essa problemática ao afirmar que: *“Todo mês eu pago o empréstimo que fiz com o banco para comprar o pano para vela do saveiro. Já vem descontado na minha aposentadoria. Fiz e faço tudo por ele (saveiro), não posso esperar pela ajuda que não vem”*. Nesse sentido, Pina-Cabral e Silva (2013, p. 104) reforçam a necessidade de repensar o que está acontecendo individual e coletivamente dentro do mundo dos mestres saveiristas que para manter seus saveiros permanecem endividados:

Inspirando-nos na sugestão de Axel Honneth, propomos que a dívida se torna opressiva quando deixa de estar associada à consideração - quando é tratada como uma coisa em si mesma, como se a sua existência não dependesse da natureza da relação entre devedor e credor. A dívida reificada pode ser tratada como se não ocorresse entre pessoas que, na expressão de Honneth, se ‘reconhecem’ mutuamente. Esse tipo de dívida não reifica unicamente os objetos da dívida (o que se deve), ela reifica também o devedor (quem deve).

Esse e outros relatos sobre a manutenção dos saveiros (Pina-Cabral, 2011; Pina-Cabral; Silva, 2013) trazem a perspectiva desses homens do mar que, acostumados com o trabalho pesado, árduo e desvalorizado, sentem-se à parte do processo econômico. Desde a década de 1950, com a criação da Petrobras e a consequente necessidade de introdução da malha asfáltica, os saveiros de vela de içar passaram por abandonos e incêndios pelos seus

próprios donos, que não mais enxergavam condições de mantê-los e conseguir o sustento para si e suas famílias.

A BA-001 é a estrada que veio substituir os saveiros-esses barcos que estruturavam todo o grande complexo social e econômico que integra Recôncavo em torno da baía de Todos-os-Santos e os manguezais costeiros que se estendem a sul de Nazaré das Farinhas até Itacaré, zona rural: onde se plantava mandioca para, mais a norte, dar de comer aos escravos das grandes plantações (Pina-Cabral; Silva 2013, p. 51).

Junta-se a esse panorama a proibição de extração de madeira para os constantes e necessários reparos desses barcos, exige o uso de madeiras de lei. Entretanto, essa extração se encontra proibida e sob controle dos órgãos de proteção ambiental. Outro mestre saveirista narra esse empecilho: *“Não podemos tirar a madeira na mata, é proibido. E não tem nenhuma autoridade vendo nosso problema, não há solução, não há solução...”*.

Os problemas de manutenção e endividamento com os bancos, a proibição da extração de madeira, a aposentadoria comprometida por empréstimo, a escassez de serviço de transporte são empecilhos que até o presente se verificam. Pina-Cabral (2011) enriquece esse debate ao trazer as preocupações e certas posições das autoridades ambientais, que envolve o desmatamento das florestas e que reverberam na manutenção de saveiros e outros veículos náuticos.

Nos últimos seis anos, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) tem vindo a preocupar-se com o desmatamento do cerrado, resultante da transformação em pasto para gado das velhas plantações de cacau. Identificaram-se pelo menos 50 pontos de desmatamento grave em 14 municípios da Bahia. A Delegacia da Polícia Ambiental de Ilhéus, à pala da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), tem apanhado nos últimos anos alguns carregamentos oriundos dos distritos de Santa Luzia, Canavieiras, Arataca, Camacã e Una que estavam a ser transportados para serem trabalhados em locais costeiros onde há serrarias (Pina-Cabral, 2011, p. 338).

Após dez anos, com os avanços e rupturas políticas que fomos obrigados a atravessar nos perguntamos: até quando esse modelo de salvaguarda

negará a importância do fator humano na existência do processo de patrimonialização? Patrimonializar para quê e para quem?

Os dados já apresentados por diversas pesquisas no plano nacional e internacional já constataram a importância de se construir outro protocolo que permita a inclusão imediata no debate sobre o patrimônio cultural daqueles que produzem esses bens culturais, pois a salvaguarda necessita desse diálogo aberto e transparente para estabelecer os acordos envolvendo as diferentes perspectivas sociais, coletivas e mesmo individuais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A lógica da patrimonialização até o presente tem demonstrado que seu ciclo finaliza após a publicização do registro do artefato ou manifestação cultural junto à sociedade e seus grupos culturais interessados. Silva (2012) enfatiza o enfoque dado a essa prática de registro de determinado bem cultural e menciona de forma positiva a importância desse ato pelo Estado:

A patrimonialização contribui para que a cultura local não seja esquecida. Com a revitalização dos bens culturais, a memória coletiva é reafirmada. Patrimonializados, os bens servem para o consumo e servem como fonte de reconhecimento local. Apropriados como mercadorias, estimulam o consumo e movimentam a economia, colaborando com o desenvolvimento econômico. Como bens simbólicos, reafirmam a identidade e a memória local, propiciando o resgate e a reafirmação das tradições, fomento ao desenvolvimento social e cultural. Neste sentido, é possível afirmar que a patrimonialização da cultura e dos bens culturais pode auxiliar no desenvolvimento econômico, cultural e social de determinadas sociedades. A questão a ser pensada é mediante esta ação, quais serão os sentidos atribuídos a cultura local e aos bens culturais. E principalmente, como estes serão reconhecidos, consumidos e percebidos pelos consumidores e produtores dos mesmos (Silva, 2012, p. 177).

Entretanto, o que ainda assistimos destoa do que Silva (2012) nos aponta, pois o Brasil segue demonstrando rupturas e negação da existência dos patrimônios culturais dos povos originários, afro-brasileiros, ciganos,

quilombolas (rural e urbano), ribeirinhos e outros. Vivenciamos salvaguarda que desconhece propositadamente a importância da existência concreta dos agentes culturais que dão vida ao patrimônio cultural.

Essa prática confere à política de patrimônio cultural no Brasil certa anestesia propositadamente articulada para dar sobrevida as artes de fazer (Passos, 2015), mascarando junto às populações certo tipo de patrimonialismo renovado, mas ainda caricatural e midiático para fazer de conta que não há conflito na sociedade.

A existência de políticas de salvaguarda de pedra e cal ou de artefatos e manifestações culturais certamente confere o dinamismo da cultura para os processos de valorização identitária das populações que esperaram por muitas décadas o reconhecimento cultural, social e político. Acreditamos que estamos nesse processo sempre tenso de disputa que não se esgota com o registro, pois outros tantos debates surgem com as causas, ações e efeitos que realizamos.

O estudo de caso aqui apresentado e os dez anos de observação sobre esta temática apontam para a necessidade de se construir um novo modelo que reconheça os agentes culturais (homens e mulheres), permitindo-lhes premissas de existência para continuar realizando suas artes de fazer.

Enfatizamos a necessidade de repensar políticas de salvaguarda em conexão com políticas de transferência de recursos financeiros, de maneira que os citados agentes culturais possam dar continuidade às suas existências concretas e cotidianas, realizando com autonomia suas manifestações culturais.

No que tange aos mestres saveiristas, é fundamental e urgente que o Estado e suas instituições enxerguem os endividamentos progressivos que vivem esses agentes culturais. Os Estados, por meio dos governos federal, estadual e municipal, deve encarar tal situação de endividamento dos mestres saveiristas para que haja uma sobrevida aos Saveiros de Vela de Içar. Além disso, outras cadeias operatórias dependem e estão atreladas à existência desses veículos náuticos, reforçando a necessidade de as autoridades realizarem alguma ação. Soma-se a esse endividamento a necessidade de políticas públicas que reconheçam a emergência para restaurar os exemplares de saveiros que ainda restam, que necessitam de madeira nobre para reparar e manter suas estruturas físicas.

Esses múltiplos fatores, ao serem encarados, trarão concreto e inovador processo de salvaguarda, permitindo certo alívio para esses mestres saveirista e suas famílias que atravessam décadas assistindo sua profissão e sua tarefa diária sendo romantizada e sem perspectiva de solução concreta.

A existência da dissertação que dá corpo a este capítulo é mais uma forma de chamar atenção das agências e dos agentes que operam a salvaguarda dos patrimônios culturais. Essa operação deve envolver o Ministério da Cultura assim como o Iphan com outros parceiros, como os ministérios do Planejamento, da Fazenda, Público, da Educação, da Justiça, construindo nova perspectiva de salvaguarda com alcance social, econômico e estratégico para os patrimônios culturais, seus agentes culturais e os diversificados territórios brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (org.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: Edufba, 2011.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Jangada*. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 59-79.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. p. 15-34.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil*. Brasília, DF: IPHAN, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Cartas patrimoniais: recomendações* Paris. Paris. 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Centro Histórico de Salvador: programa de recuperação*. Salvador: Corrupio, 1995.

MATOSO, Kátia M de Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MOORE, Carlos. *A humanidade contra si mesmo: para uma nova interpretação epistemológica do racismo e do seu papel estruturante na história e no mundo contemporâneo*. 2011. Trabalho apresentado no 2º Fórum Internacional Afro-Colombiano, 2011, Bogotá.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o Racismo*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

PASSOS, Antônio Marcos de Oliveira. *Bordejós, tensão e resistências: a patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua em Salvador*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PASSOS, Antônio Marcos de Oliveira. Os mestres de capoeira e a patrimonialização: descompasso das políticas públicas brasileiras. In: FREITAS, Joseania Miranda (org.). *Uma coleção biográfica: os Mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA*. Salvador: Edufba. 2015. p. 161-167.

PINA-CABRAL, João de; SILVA, Vanda Aparecida da. *Gente livre: consideração e pessoa no Baixo Sul da Bahia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013. (Antropologia hoje).

PINA-CABRAL, João de. A ambiguidade dos meios: ensaio ergológico sobre canoas de vinhático no Baixo Sul da Bahia. In: CAROSO, C. TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (org.). *Baía de todos os santos: aspectos humanos*. Salvador: Edufba: FAPESB, 2011. p. 328-350.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

- SCHOY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- SILVA, Sandra Siqueira. *A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural*. São Paulo: Aurora, 2011.
- SILVA, Sandra Siqueira. Patrimonialização, cultura e desenvolvimento. Um estudo comparativo dos bens patrimoniais: mercadorias ou bens simbólicos? *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 157-183, 2012.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EdUSP, 2000.
- SMARCEVSKI, Lev. *Graminho: a alma do saveiro*. Organização Bruno Furrer. 2. ed. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2001.
- SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- SPOONER, Brian. Tecelões e negociantes. A autenticidade de um tapete oriental. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EDUFF, 2008.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.